

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
E EXATAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Missão: Contribuir para o desenvolvimento humano e socioeconômico da região do semi-árido nordestino, através da formação de profissionais aptos ao permanente autodesenvolvimento técnico, intelectual e ético.

***Coordenador: Prof. William de Carvalho Ferreira Lima
Júnior***

“ Mulheres e homens, somos os únicos que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos para quem aprender é uma aventura criadora. Algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e a aventura do espírito.”
(Paulo Freire)

ÍNDICE

1. Apresentação do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ.....	04
2. Procedimento de Orientação de Prática Jurídica.....	05
3. Regras de Avaliação do Estágio.....	09
4. Tabela de Atividades de Carga Horária.....	11
5. Tabela Progressiva de Notas.....	12

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA.

O Núcleo de Prática Jurídica da FACESF – Faculdade de Ciências Exatas e Humanas do São Francisco – foi implantado no segundo semestre de 2010, propiciando aos estagiários a possibilidade de vivenciar e atuar no sentido de solucionar os problemas jurídicos da comunidade carente da cidade e região circunvizinha.

O Projeto do ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA submete o aluno a exercitar e praticar as principais áreas do Direito - Cível, Trabalhista, Penal e Família - propiciando ao acadêmico de direito uma visão aprofundada e específica da dinâmica e procedimento referentes à área praticada através da análise de casos concretos e o devido manuseio e visualização dos processos.

Em se tratando de laboratório, o Núcleo de Prática Jurídica, tem como finalidade primária possibilitar ao aluno aplicar o conhecimento teórico aprendido na graduação à prática necessária para o exercício da profissão e, como finalidade secundária, atendimento à comunidade carente.

PROCEDIMENTO DE ORIENTAÇÃO DE PRÁTICA JURÍDICA

1ª SEMANA – Atendimento supervisionado e/ou simulado.

2ª SEMANA – Estudo de caso.

3ª SEMANA – Elaboração e correção da peça processual.

4ª SEMANA – Ajuizamento e análise de procedimentos em curso ou findos, ou ainda resolução de provas da OAB/PE.

1. ATENDIMENTO SUPERVISIONADO E/OU SIMULADO.

* Técnica de atendimento – entrevista (1º atendimento) com o assistido, visando à obtenção de todas as circunstâncias e informações necessárias e relacionadas ao fato, ou alternativamente estudo de caso simulado fundado em ações reais.

* Exame e verificação da documentação do assistido, bem como da situação fático-jurídica apresentada, com a solicitação das respectivas fotocópias autenticadas.

* Preenchimento integral da ficha de atendimento, com a descrição minuciosa dos fatos alegados pelo assistido, bem como a coleta dos nomes e qualificações das testemunhas necessárias à comprovação dos referidos fatos e do direito do assistido;

* Técnica de redação e formatação de parecer jurídico;

* O estagiário elaborará em casa parecer jurídico acerca dos fatos e do direito do assistido, com consulta obrigatória à legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis ao caso em tela para trazer no plantão seguinte.

* Agendamento e convite à parte contrária para tentativa de conciliação.

* Ajuizamento da ação apropriada, quando for o caso.

2. DO ESTUDO DO CASO E DA CONCILIAÇÃO.

* Análise e estudo do caso relativo ao 1º atendimento efetuado à luz da legislação, da doutrina e da jurisprudência, com a apresentação de parecer jurídico individual ao professor.

* Diagnóstico e discussão pelo professor sobre a situação jurídica do assistido, com a correção e revisão do parecer jurídico apresentado;

* Aprendizado e utilização de técnicas de conciliação, mediação e composição de conflitos.

* Recepção das fotocópias autenticadas solicitadas ao assistido, procedendo-se a devida conferência com os documentos originais;

* Audiência de conciliação com o assistido e a parte contrária, com oitiva das razões fáticas dos mesmos, tentando buscar a composição pacífica do conflito de interesses;

3. DA DISCUSSÃO E DA ELABORAÇÃO DA PEÇA PROCESSUAL.

* Apresentação dos requisitos genéricos e específicos das diversas peças processuais; petição inicial, contestação, reconvenção, exceção, petição de atendimento aos despachos interlocutórios e de mero expediente, alegações finais, razões do recorrente, contra-razões do recorrido etc;

* Técnicas de redação e formatação processuais e jurídicas, além de linguagem apropriada;

* Análise, estudo e comentários sobre a legislação processual aplicável ao caso concreto em discussão;

* Correção e revisão da peça processual elaborada, individualmente, pelos estagiários;

* Comentários e discussão sobre os erros de conteúdo jurídico encontrados nas peças apresentadas;

* Elaboração e revisão do conteúdo jurídico da peça processual corrigida, com a apresentação da versão final única para o grupo de estagiários.

4. DO AJUIZAMENTO, ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DE PROCESSOS EM CURSO E FINDOS.

* Revisão geral e final da peça processual devidamente corrigida pelo professor, sendo anexados os documentos necessários à instrução processual.

* Leitura da peça processual ao assistido, com a coleta de sua assinatura na procuração e demais documentos necessários, tal como declaração de pobreza.

* Preparação da peça processual com as devidas documentações e assinaturas do advogado e dos estagiários que participarem da sua elaboração, estes últimos, **desde que inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.**

* Procedimentos práticos e da rotina de ajuizamento de ações e dos procedimentos judiciais com seus prazos gerais e específicos.

* Ajuizamento da peça processual no Fórum, com as devidas anotações no **Livro de Registro de Petições do NPJ.**

* Estudo e análise dos processos em curso, bem como de processos findos dos assistidos, com a localização, visualização e discussão sobre as principais peças componentes dos autos.

* Estudo, manuseio e análise de diversas espécies de processos findos, com a apreciação de suas diversas fases (postulatória, defensiva, saneadora, instrutória, decisória e executória), nas diversas áreas do Direito estudadas.

* Acompanhamento processual dos processos em andamento, sob a responsabilidade dos estagiários que elaborarem as respectivas peças e deram início às ações.

5. DAS PROVAS E DA AUDIÊNCIA.

- * Análise e estudo das provas a serem produzidas, na defesa dos interesses do assistido.
- * Dinâmica e estrutura das audiências de conciliação e de instrução e julgamento.
- * Disposição física, procedimentos práticos e atuação dos sujeitos processuais participantes da audiência (partes, patronos, juiz, Promotor de Justiça, réu, testemunhas etc).
- * Provas orais, depoimentos pessoais das partes e testemunhas, perguntas pertinentes à comprovação do direito e dos fatos alegados pelo assistido.
- * Sentença, trânsito em julgado, expedição de carta de sentença (quando cabível), prazo recursal, arquivamento.

6. DOS DEBATES.

- * Assistência ou participação aos debates promovidos pelo NPJ sobre os diversos temas do Direito;
- * Elaboração e apresentação, ao advogado-orientador, do relatório com análise doutrinária e jurisprudencial sobre o tema debatido.

7. DOS JÚRIS E DAS AUDIÊNCIAS SIMULADAS.

* Assistência e participação nos Júris e audiências simuladas, estas nas diversas áreas do Direito (civil, família, criminal, trabalhista etc), promovidos pelo NPJ, ou em foro.

* Elaboração e apresentação, ao advogado orientador, de relatório com análise doutrinária e jurisprudencial sobre o tema sustentado nas ações judiciais.

8. DO PROCESSO SIMULADO.

* Formação de processo simulado, nas diversas áreas do Direito, com a execução de todas as etapas processuais, tais como: ajuizamento da petição inicial, autuação, despacho inicial, petição de resposta do réu, réplica etc, com aplicação dos prazos processuais previstos em lei, desenvolvendo-se o processo simulado no 1º e 2º graus de jurisdição, inclusive com a realização de audiências e sessões de julgamento simuladas;

* Participação dos estagiários nas funções de advogados do autor e do réu, magistrado, promotor de justiça, serventuário de justiça etc, sob a orientação e a supervisão do advogado orientador.

REGRAS DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

1º ETAPA – AVALIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

A nota de carga horária é extraída das atividades realizadas pelos estagiários durante o semestre letivo, tais como plantões, audiências, visitas, atendimentos, oficinas e etc.

O estagiário que faltar a mais de **06 (seis) dias de aula/plantão**, estará impedido de proceder ao fechamento da carga horária, sendo considerado na situação acadêmica de **REPROVADO POR FALTA**.

Quando do fechamento, no final do semestre, a carga horária apurada é convertida em nota, através da **TABELA PROGRESSIVA DE NOTAS** anexada.

O estagiário que obtiver menos de 88 (oitenta e oito) horas será considerado na situação acadêmica de **REPROVADO POR MÉDIA**, com a nota

correspondente à carga horária obtida, não sendo aproveitadas as demais notas das etapas seguintes.

O estagiário que não comparecer para o fechamento da carga horária, na semana designada para tal, será considerada na situação acadêmica de **ABANDONO**.

2º ETAPA – AVALIAÇÃO DE PRÁTICA PROCESSUAL (APP).

A nota da **AVALIAÇÃO DE PRÁTICA PROCESSUAL (APP)** é obtida com a realização de duas provas, **APP1**. (Avaliação de Prática Processual1) e **APP 2** (Avaliação de Prática Processual 2), cada uma valendo de 0 (zero) a 10,0 (dez). A nota final da Avaliação de Prática Processual decorrerá da média aritmética obtida das duas citadas provas somadas com a nota das atividades práticas desenvolvidas pelos alunos.

Os alunos, nos dias das Avaliações de Prática Processual, poderão trazer toda e qualquer legislação não comentada.

As provas serão aplicadas nos respectivos turnos, na própria sala de aula do aluno. O acadêmico que, porventura, faltar a qualquer das APPs, deverá requerer 2ª Chamada no prazo regimental.

RESULTADO FINAL.

A nota final dos estagiários é apurada da **MÉDIA** aritmética das notas de **CARGA HORÁRIA E AVALIAÇÕES DE PRÁTICA PROCESSUAL**, sendo considerado na situação acadêmica de **APROVADO** o aluno que obtiver nota igual ou superior a **7,0 (sete)**.

Núcleo de Prática Jurídica

TABELA DE ATIVIDADES E CARGA HORÁRIA

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
PLANTÕES NO NPJ – PRÁTICA REAL	02 HORAS POR PLANTÃO MÍNIMO DE 10 HORAS E MÁXIMO DE 50 horas semestrais.
AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (com relatório)	03 hora por audiência MÍNIMO DE 3 AUDIÊNCIAS E MÁXIMO DE 05 audiências mensais.
JÚRIS E AUDIÊNCIAS SIMULADAS (com relatório)	05 horas por evento (assistentes) 10 horas por evento (atores) MÁXIMO DE 02 eventos semestrais.

ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL (com relatório)	02 horas por acompanhamento com relatório discriminado.
ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS. (reais e simuladas)	Até 05 horas por peça real. Até 04 horas por peça simulada.
PARECER JURÍDICO (1º atendimento)	Até 04 horas por parecer fundamentado.
VISITAS ORIENTADAS	10 horas por visita com relatório. Máximo de 20 horas semestrais
PALESTRAS, SIMPÓSIO ETC (com relatório)	Carga horária constante do certificado. Máximo de 10 horas semestrais.
DILIGÊNCIA E/OU OUTRAS TAREFAS DE CARÁTER JURÍDICO, POR SOLICITAÇÃO DO PROFESSOR- ORIENTADOR.	Carga horário a ser atribuída pelo professor, considerando a complexidade e o tempo despendido em cada caso.
ANÁLISE DE PROCESSOS EM CURSO E FINDOS, ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA E TEXTOS LEGAIS.	04 horas por atividade individual.

DEBATES	05 horas por evento (assistentes). 10 horas por evento (debatedores) Máximo: 02 eventos semestrais.
SUSTENTAÇÃO ORAL	05 horas por evento (assistentes). 10 horas por evento (atuantes). Máximo: 02 eventos semestrais.
PROJETOS DA COORDENAÇÃO ACADÊMICA OU CONVENIADOS.	05 horas por evento. Máximo: 10 horas semestrais.

OBS: QUALQUER ATIVIDADE NÃO CONSTANTE DA PRESENTE TABELA SÓ SERÁ APROVEITA PARA A CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO APÓS PRÉVIA CONSULTA AO PROFESSOR.

TABELA PROGRESSIVA DE NOTAS

CARGA HORÁRIA	NOTA
0	Abandono
01 a 06	0,5
07 a 12	1,0
13 a 18	1,5
19 a 24	2,0

Missão: Contribuir para o desenvolvimento humano e socioeconômico da região do semi-árido nordestino, através da formação de profissionais aptos ao permanente autodesenvolvimento técnico, intelectual e ético.

25 a 30	2,5
31 a 40	3,0
41 a 50	3,5
51 a 60	4,0
61 a 67	4,5
68 a 75	5,0
76 a 79	5,5
80 a 83	6,0
84 a 87	6,5
88	7,0
89 a 95	7,5
96 a 99	8,0
100 a 103	8,5
104 a 107	9,0
108 a 111	9,5
112 ou mais	10,0